

## **Indivíduos e organizações sociais na sociedade contemporânea<sup>1</sup> Características e possibilidades derivadas da interface**

Carlos Augusto Gonçalves CAMILOTTO<sup>2</sup>  
Boanerges Balbino LOPES FILHO<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Juiz de Fora, MG

### **Resumo**

O estudo busca apresentar parte do cenário que envolve a atuação dos indivíduos nos processos de comunicação das organizações sociais. Transita entre o engajamento e as práticas intelectuais, tendo em vista a importância das atividades desenvolvidas e as possibilidades de contribuições para o aprimoramento do tecido social. Ao dialogar com análises derivadas de postulados das Ciências Sociais aplicadas e com paradigmas oriundos da Teoria da Complexidade, o artigo relaciona a atuação intelectual, as distintas esferas do pensamento contemporâneo e a reverberação da interface nas estruturas de Comunicação Social. Perpassa as relações de poder, envolvidas nos processos de análise e ação social e com isso visa articular acerca das possibilidades desse exercício profícuo, voltado para o aprimoramento de atividades salutares no âmbito da sociedade.

**Palavras-chave:** Intelectuais, poder, interface, Comunicação Social, Papéis sociais.

### **Movimentos sociais e as conexões presentes**

Como movimento indica mudança, um dos objetivos ao pensar cientificamente a interface é o fortalecimento das conexões presentes em função dos processos de contínua readaptação. Em nosso contexto específico isso significa um percurso de análise pelos diferentes segmentos do exercício intelectual. Compreendendo “os movimentos sociais, e mais precisamente os atores e agentes cujas atividades compõem o fenômeno emergente que é o movimento social, caracterizam-se tanto em relação às normas, que ajudam a mudar, como em relação aos valores que são porta-vozes”. (BOUDON, 2001, p. 376). Ou seja, enquanto a sociedade é “construída”, o papel social dos indivíduos é reordenado, tendo em

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando da Linha Comunicação e Poder do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, com bolsa de estudo da CAPES. Especialista em planejamento e gestão social, bacharel em Comunicação e Ciências Sociais, licenciado em Ciências Sociais. E-mail: [cagcamilotto@gmail.com](mailto:cagcamilotto@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientador do trabalho, Jornalista, professor e pesquisador. Pós-doutorado em Jornalismo pelo Programa PNPd/Capes no PPG da UEPG (PR). Doutor (UFJF) e mestre (Umesp) em Comunicação, autor de livros, coordenador de pós-graduação e professor do PPGCom na UFJF (MG). Diretor do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo – FNPJ. E-mail: [bblopes@globocom.com](mailto:bblopes@globocom.com)

vista que “a teoria é aberta por ser ecodependente. Depende do mundo empírico onde se aplica. A teoria vive das trocas com o mundo: metaboliza o real pra viver” (MORIN, 2011, p.161).

Essa repaginação envolve os embates e os consensos que transcorrem no espaço conhecido como esfera pública. Denominada na expressão habermasiana como “caixa de ressonância”, constitui o local onde as questões sociais são desenvolvidas ou estagnadas, conforme sua reverberação. Nesse “laboratório”, as oportunidades para participar nas tomadas de decisão operam conforme o cacife político, que confere respaldo a cada segmento, cujo interesse direciona-se livremente ou encontra-se em rota de colisão com outras demandas.

As disputas conjunturais, capazes de promover aprimoramentos individuais e coletivos, decorrem de forma interligada, entre os aspectos intelectuais e suas consequências pragmáticas. Chega “o momento em que é preciso envidar esforços para reintegrar o fenômeno, então isolado através de processos de abstração, à totalidade social a que pertence, ao ambiente de onde retira de maneira mais completa o seu sentido” (GOMES, 2004, p.130). Esses postulados vêm sendo assimilados de forma variada, pois, mudanças culturais, normalmente, não são impostas. Essa compreensão se espraia subjetivamente, conforme fluxo de conscientização paulatino.

As ações organizacionais necessitam de contornos sofisticados, abarcando aspectos tangíveis e não tangíveis das situações analisadas. Indo além das aparências, uma vez que “na medida em que o indivíduo mantém diante dos outros um espetáculo no qual ele mesmo não acredita, pode vir a experimentar uma forma de alienação de si mesmo e uma forma especial de cautela em relação aos outros” (GOFFMAN 2008, p.216). Mesmo lutando pela conciliação de interesses discrepantes, acreditamos ser possível criar condições para que a atividade intelectual possa ser exercida de forma coerente, ética e salutar.

Fundamentado no eixo micro, em detrimento da dicotomia “burguesia – proletariado”, Foucault emerge genealogicamente, possibilitando um discernimento visceral da origem das relações conflitantes.

Eu agia como um boto que salta na superfície da água só deixando um vestígio provisório de espuma e que deixa que acreditem, faz acreditar, quer acreditar, ou acredita efetivamente que lá embaixo, onde não é percebido ou controlado por ninguém segue uma trajetória profunda, coerente e refletida. (FOUCAULT, 2012, p. 263).

Os estudos referentes à questão como o exercício de poder, elaborados por Michel Foucault, contemplam aspectos filosóficos, sociológicos e historiográficos. Esse olhar multifacetado, oriundo de inferências pautadas também nas próprias experiências do autor, contribui para um entendimento aprimorado da sociedade. Os dispositivos de sujeição são utilizados para a “fabricação” de indivíduos. Através da criação de espaços de confinamento e aprimoramento dos gestos, atitudes e, principalmente, de saberes.

Essas barreiras também afrouxam em relação às categorias nas quais os indivíduos encontram-se segmentados. O estruturalismo já não contempla as perspectivas de um ser humano com facetas e identidades pluralizadas.

É preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas, que dão conta dos atavismos e das hereditariedades, da mesma forma que é preciso saber diagnosticar as doenças do corpo, os estados de fraqueza e de energia, suas rachaduras e suas resistências para avaliar o que é um discurso filosófico. (FOUCAULT, 2012 p. 61).

Dessa maneira, podemos salientar aspectos da crise dos paradigmas. A atividade intelectual, dentro de sua zona de influência, deverá buscar a melhoria do tecido social. Lidar com as hibridações, derivadas do dismantelamento de barreiras, funciona como mecanismo de compreensão da realidade e confecção de novas tendências, pois, “frequentemente um paradigma que foi desenvolvido para um determinado conjunto de problemas é ambíguo na sua aplicação a outros fenômenos estreitamente relacionados. Nesse caso experiências são necessárias para permitir uma escolha”. (KUHN, 1998, p. 50).

Outro aspecto a ser ponderado é a influência do mercado na atividade intelectual. Assim como houve uma trajetória histórica para a incorporação de saberes, ocorre o risco desse conhecimento acumulado ser utilizado sob premissas e regulações questionáveis. “Assim, eles só escreverão livros, pintarão quadros, descobrirão leis físicas ou históricas, salvarão vidas se alguém munido de capital estiver disposto a remunerá-los. Mas as pressões da sociedade burguesa são tão fortes que ninguém os remunerará sem o correspondente retorno”. (BERMAN, 1986, p. 113). A reciprocidade entre a atividade intelectual e o incremento do capital pode comprometer a qualidade e, especificamente, a finalidade das atividades propostas.

O caráter institucionalizado do capitalismo e suas instituições pode representar cerceamento para a liberdade de exercício da intelectualidade. Romper com o modo de produção mercadologicamente engessado pode não ser incumbência simples. Ainda segundo

Marshall Berman “é fácil ver como os modernos intelectuais, aprisionados nessa ambiguidades, imaginam formas radicais de sair da armadilha”. (BERMAN, 1986, p. 115). Da mesma forma que recursos naturais beneficiados, tais como petróleo, aço e eletricidade garantiram a construção de nossa sociedade industrial, recursos subjetivos podem constituir a matéria prima para uma outra ordem, pautada em valores discrepantes daqueles amplamente disseminados no contexto hodierno. Analisar esse arranjo envolve rever as regras do pertencimento e hierarquização de valores, discussões imprescindíveis, em meio a um cenário de representações identitárias fragilizadas, onde:

Não é tanto a perda de valores que marca essa mudança de século (milênio), e sim a instalação hegemônica de um só domínio de realidade, uma só força de produção das relações transobjetivas: o mercado. Não há mais vínculos profundos na trama social (só a família, o clube esportivo, ou as relações de trabalho, enquanto durem?). Há vida “privada”, mas privada no sentido de isolada, perdida na impessoalidade do sistema, único fiador de uma realidade efetiva. Outras formas de ancoragem em realidades e em vínculos que não sejam os econômicos, ou as do consumo e do desejo induzido e permanente – e, portanto, sempre insatisfeito – perdem rapidamente o valor como fiadores da vida social. O indivíduo não sofre perda de valores, sofre perda de sentido de realidade (possivelmente o alarmante crescimento de casos de depressão clínica esteja associado a este processo). O valor não existe em si mesmo, mas é gerado e expressado na relação e no vínculo com o outro, com as instituições, com a cultura ou com o sagrado. (VIZER, 2011, p. 65).

A influência das discussões empreendidas envereda pelos trabalhos desenvolvidos acerca da condição intelectual e seu papel na comunicação. Abrindo espaço para ponderações, seja no sentido de concordância ou divergência, mas contribuindo para embates que com certeza estão muito longe de serem esgotados.

### **A opinião pública e as implicações mútuas entre saber e poder**

A análise do papel dos intelectuais na sociedade envolve sua atuação junto aos mecanismos de Comunicação Social. Sejam como articuladores, críticos ou observadores de qualquer natureza, as relações entre os representantes da imprensa e da intelectualidade são marcadas por aspectos intensos. Podem ter como finalidade desde a promoção do agendamento, estarem voltadas para a defesa de interesses de ordem diversa, ou corroborar a transmissão midiaticizada de progressos obtidos em outras instâncias. Os intelectuais podem funcionar ainda como agentes catalizadores das mudanças, sendo capazes de influenciar o ritmo dos acontecimentos e, indubitavelmente, o incremento da gama de interesses em jogo.

Habermas afirma que: “No lugar da opinião pública surge uma disposição subjetiva, em si indeterminada. Ela é, toda vez, orientada para essa ou aquela direção através de medidas ou acontecimentos. Essa inclinação subjetiva atua como uma carga mal presa num navio a navegar”. (HABERMAS, 2003, p. 275). Nesse contexto, o papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco mais na frente ou um pouco mais de lado” para dizer a muda verdade a todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade, da “consciência”, do discurso. (FOUCAULT, 2012, p. 131).

Refletir sobre o que vem a ser a realidade contextual envolve a “discussão sobre o papel dos veículos noticiosos como um elo entre ‘o mundo exterior e as imagens em nossas cabeças’. Walter Lippmann introduziu a ideia de pseudoambiente, o mundo que só existe em nossa mente – uma imagem frequentemente imperfeita e que está sempre incompleta vis-à-vis à realidade”. (McCOMBS, 2009, P. 44). Exigindo, portanto, negociar com níveis de subjetividade individual e coletiva no sentido de conferir fulcro para as inferências postuladas.

A conciliação entre os fundamentos institucionais e a imagem projetada na sociedade, como um todo, gera subsídios para enfrentamento das contradições inerentes a um contexto perpassado por conflitos e desigualdades.

Paralelamente, vai se produzindo a representação intelectual sobre um segundo “domínio”: o político e social. Esse novo domínio (o dos homens, e seu governo e o Estado) é uma realidade dual: os indivíduos tendem a colocar seu próprio interesse individual sobre o interesse coletivo, sobre o faz falta um dispositivo de criação de sentido de valores que os reintegre à sociedade e as formas organizadas de vida e de governo. (VIZER, 2011, p.44).

Essas discussões integram circunstâncias que transitam entre a teoria e a prática. Diante das dificuldades de se acompanhar a velocidade de crescimento de demandas, questões, aumento do fluxo de informações e, conseqüentemente, maior grau de complexidade, Habermas pondera que: “à multidão acomodada e espiritualmente indolente é apresentado o pretexto para escapar do esforço de elaboração mental”. (HABERMAS, 2003, p. 278). Assim como alguns indivíduos não se habilitam a ir para as trincheiras, porque pessoas lutarão e matarão por eles, outros submergem em um estado letárgico, outorgando a cidadãos supostamente mais qualificados e bem informados as conclusões acerca de uma realidade contextual passível de interpretação e manipulação.

Cada poder possui seu próprio cabedal de saberes correspondente. Não existe, portanto, um saber neutro, “todo saber é político”. Nesse cenário, saber e poder se implicam mutuamente. Contudo, “o querer saber não se aproxima de uma verdade universal; não dá ao homem um exato e sereno controle da natureza; ao contrário, não cessa de multiplicar os riscos; sempre faz nascer os perigos; abate as proteções ilusórias; desfaz a unidade do sujeito” (FOULCAULT, 2012, p. 84). A evolução do saber constitui o delineador das novas relações de poder. A autorização para controlar é derivada da especialização obtida através do avanço dentro de um campo do saber.

### **O cenário de atuação**

O processo de articulação entre indivíduos e os sistemas passa por incessantes modificações ao longo de nossa trajetória histórica. Esse arranjo, tecido sob variados graus de tensão, é passível de melhor compreensão e equacionamento através de conceitos e análises como, por exemplo, a questão do exercício de poder. As dificuldades da convivência salutar entre as partes envolvidas são derivadas das especificidades do desenvolvimento das formas de associação e dos conflitos inerentes às disputas contextuais cotidianas.

Uma vez que o papel social define uma zona de obrigações e coerções relativas a uma autonomia condicionada e recíproca, convém situar a atuação em um espaço intermediário, compreendido entre a autoridade derivada da fidedignidade das análises empreendidas, a adequação do lugar de fala e os benefícios advindos do compartilhamento das discussões. O crescimento das especificidades e a multiplicidade de interesses que integram a ordem social demandam a segmentação das atribuições. Esse cenário, proveniente de fatores arquitetados e aleatórios, impõe articulações mais sofisticadas e abrangentes, contemplando uma divisão em campos sociais. “Um ‘campo’ é definido como ‘um espaço social estruturado’, um ‘campo de forças’, onde existem dominantes e dominados, relações constantes e permanentes de desigualdade, de luta e concorrência entre os agentes. São essas lutas e disputas internas que definem a posição e as estratégias que vão adotar para se manter na disputa”. (MANTOVANI, 2009, p. 29).

A delimitação dos campos em nossa sociedade demarca espaços coletivos, corporativos e individuais. O resultado desse processo é que indivíduos trazem incrustadas identidades que delineiam parte de seu fluxo. Características inerentes ao sentimento de pertencimento a um determinado segmento social. Dentre a multiplicidade de fatores, em simbiose ou concorrentes, questiona-se a conciliação entre os fundamentos da ação

intelectual, a imagem projetada e a reverberação dos discursos e opiniões. Gerando subsídios para enfrentamento das contradições de uma sociedade perpassada por conflitos e desigualdades. Pensar essa atuação e administrar o desenvolvimento de práticas intelectuais envolve o entendimento acerca das forças coercitivas ou envolvidas diretamente nos interesses em disputa.

A árdua tarefa da interpretação de nuances, capaz de conferir maior grau de acuidade em relação ao sistema, exige compreensão acerca das possibilidades do meio político. O processo de avaliação envolve mensurar tendências presentes na intercessão de forças, bem como empreender reflexão sobre a abrangência e responsabilidades de cada segmento. A composição desse direcionamento é um caminho necessariamente político, tendo em vista:

A política como dimensão fecunda, porque nela se articulam o social e sua representação, e a política como matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo. Ressurge como digno de atenção o poder político como lugar de gestão da sociedade global em oposição à problemática dos micropoderes que apontou dimensões importantes mas que, em larga medida contribuiu para diluir e pulverizar (dispersar?) a reflexão e o debate sobre a questão do poder enquanto nível que monopoliza a força armada, e pode decidir por todos, impondo leis e sancionando sua infração. (REIS FILHO, 2000, p. 12).

A importância da contextualização dos espaços para o exercício de poder reside na busca pela demarcação de territórios. Essas estruturas de poder, sejam fragmentadas, sejam o poder do Estado com suas problemáticas próprias, conjunturais e derivadas de atavismos. As relações entre as instituições e a esfera política são, necessariamente, permeadas por dilemas. O importante é ressaltar a face promissora dessa crise sistêmica em detrimento de uma simples ruptura passível de conduzir ao ostracismo.

Portanto, formar comunicadores transcende a simples transmissão de técnicas de operação de mecanismos de comunicação social. Deve ir além, consoante com aspectos éticos que possibilite a esse indivíduo mensurar os impactos de sua atuação profissional. Como afirma Veiga (1996, p. 91), “em resumo, os dois fatos aqui colocados dão um dos contrapontos em que se situa a questão didática: a técnica pela técnica nada vale; ao mesmo tempo a ausência de técnica leva a um trabalho às cegas que também não tem valor.” Chaparro (2007, p. 144) é taxativo: “A tríade ética, técnica e estética, é inseparável nos processos complexos de comunicação e nos fazeres criativos jornalísticos.”

## **A evolução da Comunicação Social**

A comunicação em larga escala deriva de um processo paulatino de evolução tecnológica, das relações sociais e das necessidades crescentes da circulação de informações voltadas para diversos fins. Dos meados do século XV, período marcado pela invenção da prensa, a situação hodierna norteadada pela dimensão tempo real, uma trajetória complexa vem alterando a história e abrindo espaço para novas inferências, campos de pesquisa e influência sobre o tecido social.

Em período paradoxal, permeado por racionalidades e dogmatismos, o papel da comunicação pode servir a tendências, elucidando ou encobrindo fatos. Considerando que “a história é concebida como a sucessão de três estados ou eras: tecnológico ou fictício, metafísico ou abstrato, e finalmente positivo ou científico. Este último caracteriza a sociedade industrial, era da realidade, do útil, da organização, da ciência.” (MATTELART, 2002, p. 18).

Para além das finalidades do campo de estudo, faz-se necessária uma reflexão circunscrita acerca da reverberação social do papel da imprensa ao longo dos séculos e as articulações estabelecidas. A consolidação desse fluxo de informações precisou de uma base específica, forjada através da ruptura com a mentalidade feudal.

O crescimento das cidades vai possibilitar, a partir da proliferação da cultura dos cafés, dos salões, etc., a institucionalização da esfera pública. Os herdeiros burgueses do humanismo aristocrático, no entanto, logo passam a conferir caráter crítico às suas conversações sociais, quebrando a ponte entre as duas formas de esfera pública e engendrando um elemento historicamente novo: a esfera pública burguesa. (SOUZA, 2000, p. 62).

Entretanto, para participar efetivamente da vida pública e conferir publicidade aos atos e deliberações governamentais, foi necessário empreender esforços no sentido de pressionar os detentores do poder político e, literalmente, abrir espaço para o trabalho dos jornalistas, pois:

Naquela época a exclusão do público quanto às resoluções e aos debates parlamentares já não podia mais ser mantida, no momento em que um *memory wooldfall* fez do *Morning Chronicle* o primeiro jornal londrino por ser capaz de reproduzir, palavra por palavra, mesmo sem tomar notas (pois era proibido fazê-lo nas galerias da Casa dos Comuns), dezesseis colunas de discursos parlamentares. Um lugar nas galerias para os jornalistas só foi arranjado oficialmente em 1803 pelo



Speaker: por quase um decênio eles tinham tido que conseguir ilegalmente um acesso. (HABERMAS, 2003, p. 80).

Na sequência, por ocasião da construção de um novo prédio para abrigar a Casa dos Comuns, foram previstas tribunas para os repórteres. Ou seja, do esforço de profissionais empenhados em tornar efetivamente públicos os debates, surge o espaço jornalístico, que com o passar do tempo irá transformar-se em esfera autônoma com poder de influência. Esse *status* adquirido “posição que um indivíduo ocupa num grupo, ou que o grupo ocupa na sociedade” (BOUDON, 2001, p.543), ajuda a definir parte do escopo de prerrogativas que o setor passa a ter. Seus papéis sociais, positivos ou negativos, atuam de diversas formas, sejam representativas ou coercitivas, operando sob uma lógica própria, cujo conhecimento histórico e metafórico possibilitam maior acuidade na compreensão.

### **A categoria dos intelectuais**

Conceituar o que vem a ser o intelectual envolve pensar de forma complexa. Entender seu papel na sociedade, as responsabilidades envolvidas e a relação de sua atuação com outras instâncias é um esforço que busca objetividade em meio a multiplicidade de fatores. Como afirma o professor Wilson Gomes, “se há complexidade no objeto, não se adota, por isso, complicações no texto” (GOMES, 2004, p. 15).

Para contextualizar parte das atividades e atribuições da categoria, recorreremos a um verbete do dicionário crítico de Sociologia. Segundo Boudon:

Os intelectuais constituem uma categoria bem visível em nossa sociedade, mas cujos limites, é difícil estabelecer e cujas funções é difícil descrever adequadamente. Para dizer a verdade, o termo é relativamente recente já que, segundo a maior parte dos historiadores, foi empregado primeiro em francês, e de maneira usual, a partir do caso Dreyfus. Com certeza, sempre houve, e por toda parte, pessoas reconhecidas como mais sensatas, mais cultas ou mais instruídas que a média de seus compatriotas. Na idade Média, chamavam-na “letradas”, na época das Luzes “filósofos”. Portanto nossos modernos “intelectuais” herdaram tradições opostas, que se somam para a complexidade de um grupo muito diverso. (BOUDON, 2001, p.308).

Nesse sentido, a categoria será subdividida conforme as atribuições e o prisma no qual será enquadrada. Essas acepções relacionam-se com as respectivas atuações e os efeitos obtidos através das inferências postuladas. Podemos ressaltar que os diferentes pontos de

vista são válidos. As concepções passíveis de serem refutadas são aquelas preconceituosas ou deterministas, uma vez que:

Convém à linguagem vulgar, fabricada com estereótipos, que segundo a qual todos os políticos são corruptos, todos os médicos são incompetentes e, claro, todos os intelectuais são indistintamente arrogantes, vaidosos, creem ser saber lá quem e assim por diante, ou são, como foi dito recentemente, “lamentosos”. Falar dos intelectuais como se eles pertencessem a uma categoria homogênea e constituíssem uma massa indistinta é uma insensatez: a uma afirmação peremptória como “os intelectuais traem” deve-se imediatamente perguntar: “Precisamente todos? E se não todos quais? (BOBBIO, 1997 p.9).

O objetivo não é mensurar graus de eficácia das posturas individuais, mas assegurar a legitimidade das diversas atribuições definidas. Para além das vontades e vocações, ponderamos as questões circunstanciais, conforme escreveu Peter Drucker. “Em tempos de paz, Churchill não teria sido muito eficaz. Ele precisava de desafios. Provavelmente, o mesmo ocorria com Franklin Roosevelt, que era um homem preguiçoso” (KRAMES, 2010, p. 173). A atuação intelectual depende, portanto, das condicionantes contextuais nas quais ela está inserida, sendo definida de formas distintas. Segundo Norberto Bobbio seria: “um intelectual, isto é, alguém que não faz coisas, mas reflete sobre coisas, que não maneja objetos, mas símbolo, alguém cujos instrumentos de trabalho não são máquinas, mas ideias.” (BOBBIO, 1997, p. 68).

Essa postura reflexiva é fundamental para o planejamento das ações a serem empreendidas, avaliação do curso dos processos e posterior análise de resultados. Nessas situações, o papel dos intelectuais está concentrado no plano teórico, outorgando-se a parte de execução para outros profissionais. Há, porém, outra forma de apresentação das atribuições. Postulada por Gramsci: “no mundo moderno, a categoria dos intelectuais, assim entendia, ampliou-se enormemente. Foram elaboradas, pelo sistema social democrático-burocrático, imponentes massas, nem todas justificadas pelas necessidades sociais de produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante”. (GRAMSCI, 2001, p. 22).

Gramsci defende o engajamento do intelectual, afirmando que todos os homens são intelectuais, mas que não todos os homens cumprem o papel de intelectual na sociedade. Ele analisa esquemas de dominação e condena aspectos comportamentais voltados para a indiferença. As fronteiras entre as atividades intelectuais e a manuais podem aparecer

nitidamente, como necessitar de serem delineadas de forma mais sofisticada. Vale ressaltar que:

A tendência democrática, intrinsecamente, não pode significar apenas que um operário manual se torne qualificado, mas que cada “cidadão” possa tornar-se “governante” e que a sociedade o ponha, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governos com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado o aprendizado gratuito das capacidades e da preparação técnica geral necessária a essa finalidade. (GRAMSCI, 2001 P. 50).

Para além de pensar o papel dos intelectuais na sociedade é necessário avaliar os efeitos das formas de exercício das atividades. Então, o que faz o intelectual ocupar o lugar de intelectual na sociedade? Qual postura e preparo torna o indivíduo mais apto a governa-la? Essas perguntas transcendem as classificações apresentadas, envolvendo aspectos capazes de conferir outras possibilidades e uma maior clareza, proveniente do olhar histórico, propiciado pela análise posterior ao período retratado. Vale mencionar esse enfoque privilegiado, que é reiterado em relação ao discurso. “O pensamento político e histórico tenta compreender os acontecimentos e as condições que permitem agir sobre eles. Compreensão difícil de atingir e a que não se chega se não se aprender a distanciar o olhar. A ver sempre mais longe, no desvio”. (ORLANDI, 2012, p.10).

Pensar as matrizes políticas e comportamentais, capazes de sustentar as posturas adotadas, requer ampla reflexão sobre os assuntos que integram os interesses envolvidos. Possuímos vastos arquivos, contemplando experiências acumuladas, sistematizadas de diversas formas, sobre as quais dispomos de modo bastante acessível. Entretanto, compilar esse conhecimento, e extrair parte pertinente e socialmente compartilhável constitui um exercício de fôlego e discernimento intelectual, uma vez que a “cada seis anos a ciência duplica o montante – ou o ‘capital’ de conhecimentos, o que significa que proporcionalmente cada um de nós sabe menos a cada dia”. (VIZER, 2011, p.81).

### **Indivíduos e a readequação das realidades sociais**

O pensamento clássico tem como característica a continuidade de sua aplicação reverberando ao longo do tempo. Já o raciocínio contemporâneo é capaz de identificar conexões. Segundo Connor (1989 p.16), “a condição pós-moderna, dizem-nos repetidas vezes, manifesta-se na multiplicação dos centros de poder e de atividade e na dissolução de toda espécie de narrativa totalizante que afirme governar todo o complexo campo de atividade

e da representação sociais”. Essas são algumas das marcas dos dias atuais, pautadas na ruptura com paradigmas isolados e na aposta na complexidade.

Dentro dessa linha histórica, cabe a reflexão a respeito da situação do espaço temporal. O escritor Roland Barthes, que analisou as “considerações intempestivas”, de Nietzsche, afirma que “o verdadeiro contemporâneo não é aquele que se identifica com seu tempo, ou que com ele se sintoniza plenamente. O contemporâneo é aquele que, graças a uma diferença, uma defasagem ou um anacronismo, é capaz de captar seu tempo e enxergá-lo”. (SCHLLHAMMER, 2009, p.9).

Por essa análise, ser contemporâneo é ser capaz de se orientar de forma subjetiva e, a partir daí, reconhecer e se comprometer com um presente com o qual nos deparamos em meio às diversas construções do “real”. Referenciais teóricos de concepções de ordem diversa, desenvolvidas ao longo de séculos da história do pensamento, ponderam as certezas e o estranhamento acerca do destino da humanidade. A interface entre esferas com lógicas distintas e os conflitos de interesses oriundos do estabelecimento de uma ordem interdependente, com fronteiras acirradas ou atenuadas, implica no diálogo com questões cruciais para a consolidação das novas estruturas.

Além de perpassar gerações, essa reordenação vem contribuindo para o arcabouço da sociedade em que vivemos, segmentando ambientes e gerando a cisão ou a coesão entre grupos, conforme interesses comuns e o compartilhamento de códigos. O aprofundamento dos aspectos subjetivos implica na valorização da percepção a ser transmitida aos outros membros da categoria e demais integrantes do grupo social, pois, “na medida em que a identidade depende cada vez mais de imagens, as réplicas seriais e repetitivas de identidade (individuais, corporativas, institucionais e políticas) passam a ser uma possibilidade e um problema bem mais reais”. (HARVEY, 1989, p. 261).

Compreender consequências e as derivações das transformações vivenciadas em nosso tempo envolve diálogo com vasto campo teórico, tendo em vista que: “as mudanças ocorridas durante os últimos três ou quatro séculos — um diminuto período de tempo histórico — foram tão dramáticas e tão abrangentes em seu impacto que dispomos apenas de ajuda limitada de nosso conhecimento de períodos precedentes de transição na tentativa de interpretá-las”. (GIDDENS, 1990, p. 11). Assim como a condição dos intelectuais, essas mudanças acarretam uma multiplicidade de papéis e oportunidades, que podem ser interpretados de formas distintas, pois:

Marx via a luta de classes como fonte de dissidências fundamentais na ordem capitalista, mas vislumbrava ao mesmo tempo a emergência de um sistema social mais humano. Durkheim acreditava que a expansão ulterior do industrialismo estabelecia uma vida social harmoniosa e gratificante, integrada através de uma combinação da divisão do trabalho e do individualismo moral. Max Weber era o mais pessimista entre os três patriarcas fundadores, vendo o mundo moderno como um mundo paradoxal onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais. Ainda assim, nem mesmo ele antecipou plenamente o quão extensivo viria a ser o lado mais sombrio da modernidade. (GIDDENS, 1990, p. 13).

Esse é um dos desafios do campo intelectual, romper com o conceito de linha do tempo e pensar cientificamente a história como uma teia encadeada. Elucidar dilemas para empreender uma análise adequada, realizando rupturas e solapando preconceitos.

### **Considerações finais**

As discussões em curso envolvem a intercessão de interesses que afluem da esfera pública e perpassam o cenário político e econômico. Trata-se mais da convergência de várias vias em uma rotatória, do que um simples cruzamento. O pilar da discussão, o papel dos intelectuais, transita entre a multiplicidade de valores e interesses. O agendamento de temáticas nos meios de Comunicação Social e as possibilidades de ampliar a participação responsável na vida em sociedade devem servir para aperfeiçoar mecanismos de análise, pautadas na coerência. Podemos perceber, nitidamente, que as ideias expostas devem ser observadas por agentes externos, pois, “a imprensa é incapaz de dizer o peso de cada opinião emitida: afora outras considerações, as tendências políticas não dispõe de órgãos de imprensa proporcional a sua importância” (RÉMOND, 2003 p. 197).

Congregar o conteúdo acadêmico, a prática cotidiana e a participação em fóruns adequados constitui premissas para os avanços individuais e coletivos. A ênfase nessas práticas funciona como antídoto para o atraso e o isolamento, propiciando maior integração entre searas como a esfera pública, organizações sociais, construtores de imagem institucional, gestores e executores de políticas públicas voltadas para o equacionamento das mazelas de nossa sociedade.

Administrar mecanismos de Comunicação Social envolve sensibilidade. A prática do cotidiano precisa considerar as peculiaridades de cada situação. Tecendo análises na busca da sofisticação do raciocínio, percorrendo a história das culturas e mesclando dialeticamente referenciais de origens diversas. Ressaltando a importância dos indivíduos, uma vez que “o centro e o cerne do pensamento é e sempre será o cérebro humano, todos os computadores e

todas as *webs* são apenas apêndices e próteses dele” (HALÉVY, 2010, p. 193). Esses aspectos compõe parte significativa dos paradigmas da vivência intelectual. São posturas capazes de promover a ruptura com sistemas obsoletos, ideias que já não servem mais.

## Referências

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo : Editora Unesp, 1997.

BOUDON, Raymond. **Dicionário crítico de Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do Jornalismo**. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

CONNOR, Steven. **Cultura pós moderna** – São Paulo: Ed. Loyola, 1989.

DUARTE, Jorge. **Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação** – São Paulo: Atlas, 2012

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução: Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade** - São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa** – São Paulo, Paulus, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Habermas: Sociologia**/organizadores (da coletânea) B. Freitag e S.P. Rouanet; (seleção e tradução de Bárbara Freitag, Sergio Paulo Rouanet) – São Paulo: Ática, 1980

HALÉVY, Marc. **A era do conhecimento**: princípios e reflexões sobre a noética no século XXI. Tradução: Roberto Leal. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

HARVEY, David. **Condição pós Moderna** – São Paulo: Loyola, 1989

LUBENOW, Jorge Adriano. **A categoria da esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da auto-crítica**. Cadernos de Ética e Filosofia Política – UFPB, 2007

JHONSON, Steven. **Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar**. Rio de Janeiro :Jorge Zahar, 2001.

KOTLER, Philip. **Marketing 3.0**: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

- KRAMES, Jeffrey A. **A cabeça de Peter Drucker**. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- KUNSCH, Margarida Maria Kroling. **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009
- MANTOVANI, Denise Maria. **A cobertura jornalística do Bolsa Família – um estudo de caso da interação entre os campos político e jornalístico**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, 2009.
- MATTELART, Armand e Michelè. **História das teorias da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2002
- McCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF : UNESCO, 2000.
- MORIN, Edgar. **O método 4: as ideias: habitat, vida, costumes, organização**. Porto Alegre: Sulina; 2011.
- NETO, Belmiro Ribeiro da Silva. **Comunicação Corporativa e Reputação: construção e defesa da imagem favorável**. São Paulo : Saraiva, 2010.
- NOBREGA, Clemente. **Em busca da empresa quântica: analogias entre o mundo da ciência e o mundo dos negócios**. Rio de Janeiro : Ediouro, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise. Sujeito, Sentido e Ideologia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- REIS FILHO, Daniel Aarão (organizador). **Intelectuais história e política: Século XIX e XX**. Rio de Janeiro : 7 letras 2000.
- RÉMOND, René. **Por uma história política** – Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003
- SCHOLLHAEMMER, Karl Erik. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2009
- SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora universidade de Brasília, 2000
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Técnicas de ensino: por que não?** Campinas: Papius, 1996.
- VIZER, Eduardo Andrés. **A trama (in)visível da vida social**. Comunicação , sentido e realidade. Porto Alegre: Sulina, 2011.